

TODESCHINI, Giacomo (2017). *Les Marchands et le Temple: La société chrétienne et le cercle vertueux de la richesse du Moyen Âge à l'Époque moderne*. Paris: Albin Michel, 466 pp., ISBN: 978-2-226-32419-1.

Giacomo Todeschini é professor de história medieval na Universidade de Trieste e tem desenvolvido estudos nas áreas da teoria económica e linguística medieval, dinâmicas do(s) mercado(s) e o papel político dos judeus na transição entre a Idade Média e os tempos modernos. O livro em análise foi primeiramente publicado em italiano, no ano de 2002, com o título *I mercanti e il tempio. La società cristiana e il circolo virtuoso della ricchezza fra Medioevo ed Età Moderna*, sendo a versão escolhida para análise publicada posteriormente na França.

A obra é dividida em oito capítulos intitulados, cada um, com um par de conceitos siameses que foram objeto de discussão e problematização por parte dos sujeitos históricos em foco. De acordo com Thomas Piketty, professor de Economia na Escola de Ciências Económicas de Paris, que assinou o prefácio, o principal objetivo do autor é “efetuar um estudo aprofundado das formas de expressão (escrita) da economia entre a Idade Média e a época moderna” (p. 20). Noutras palavras, o autor procurou identificar os fatores especificamente morais, religiosos e éticos, que foram excluídos, ao longo da evolução da economia como ramo autónomo do saber, e quais foram os agentes responsáveis pelas sucessivas mutações no pensamento filosófico, teológico e social da economia tardo-medieval e pré-moderna.

A cronologia é ampla e não segue uma reta de sentido único. O autor faz dela uma grande espiral (que fica à disposição do mesmo para avançar e recuar no tempo) através da qual é analisada a evolução económica da cristandade medieval a partir das discussões eclesiásticas. Estas, por séculos, objetivaram a leitura cristã do mundo e das suas relações, criando leis e regras que deveriam assegurar o equilíbrio espiritual do rebanho do Senhor.

Para alcançar os propósitos estabelecidos, Todeschini utiliza um conjunto vasto e variado de fontes, tendo em vista a sua análise textual e hermenêutica (por vezes, debruça-se sobre a arquitetura, como na análise da Capela Scrovegni inserindo-a na lógica económica medieval (p. 150 e segs.)); passagens da Bíblia (Mercadores no templo (p. 152); Epístolas Paulinas (p. 26, 163, 181, 231, 248, 263); Provérbios (p. 26); Atos dos Apóstolos (p. 30, etc.)); textos canónicos; tratados teológicos; textos conciliares; e, sobretudo a partir do século XIII, fontes provenientes do mundo mendicante-escolástico.

Como aí fica evidente, é o espaço do mosteiro, por ser “visto como uma célula cristã capaz de iluminar a sociedade institucional dos fiéis e de dar-lhe um sentido no caminho da salvação” e pelo fato da “cidade ver no mosteiro uma imagem ideal de «racionalidade» econômica” (p. 30 e 31), a base que sustenta – e através da qual se desenvolvem – as análises do autor.

Os dois primeiros capítulos – *Ter: tocar; Possuir: trocar*, respetivamente –, correspondem à apresentação da sociedade medieval através do conceito de *caritas*: “grupo homogêneo e interdependente, unido por uma «caridade» que proíbe a separação dos interesses individuais dos da sociedade no seu conjunto” (p. 29); relacionando-a com as questões quotidianas dos fiéis acerca das relações entre indivíduos e bens. Na sociedade do ocidente medieval, o prisma da escatologia é sentido em diversas esferas e níveis. Assim, Todeschini parte da conotação inicialmente pejorativa do *ter*, como ato de possuir ou acumular coisas, excluindo a cristandade (sujeito coletivo) do correto aproveitamento das mesmas – e de como esta definição condicionava o estado futuro do indivíduo no Além cristão. Com isso objetiva demonstrar, através de análises políticas e hermenêuticas, como ao mosteiro foi reconhecida “a capacidade «alquímica» de transmutar a representação da riqueza privada em pública, de profana em sagrada” (p. 41). O processo eleito para investigação ao longo de todo o texto assenta, portanto, nas sucessivas mudanças das codificações econômicas da realidade das trocas materiais entre leigos, mediadas pelos monges no perímetro sagrado do mosteiro.

Já no mundo externo aos muros da clausura – que espelhava as dinâmicas monásticas –, a génese do que seria o mercado moderno é vista “enquanto instituição capaz de codificar as transações econômicas, como uma consequência da moral do mosteiro” (p. 46). Assim, Todeschini estabelece a relação dos conceitos de cariz cristão como *fidelitas* e *pietas*, por exemplo, que introduziram “a representação do comércio, do mercado e dos mercadores como elementos socialmente benéficos na própria sintaxe do domínio político cristão” (p. 64).

Para além destes níveis analíticos, as atenções são direcionadas para a apreciação das categorias constituintes das esferas acima mencionadas, como a de valor e a de riqueza. O ponto de partida para esta análise centra-se na figura da relíquia, que carrega consigo o surgimento de um “mercado do sagrado (...) considerado simultaneamente legal, enquanto forma de circulação que testemunha um valor transcendente, e útil, enquanto memória e presença viva da sacralidade” (p. 72). Há categorias como estas nos diversos setores da sociedade, independentemente da época, no relativo à moral e à ética. Todeschini preocupa-se, nos dois capítulos subsequentes, em explorar

as formas pelas quais o uso dos bens materiais pela cristandade foi moldado e re(moldado) ao longo da cronologia proposta.

O período entre os séculos XI e XII correspondeu ao aumento da centralidade do poder em Roma e, concomitantemente, “fez do monge, do homem de Deus (*uir Dei*), uma figura cujas características podiam ser exportadas do círculo exclusivo do mosteiro, para serem assumidas por todos os verdadeiros cristãos” (p. 83). Nesta baliza temporal, o autor identifica que “a forma mais elevada de religiosidade e de identificação com Cristo tendia a ser representada por um uso total e totalmente desinteressado dos bens do mundo” (p. 87). A tónica era colocada, como se percebe, sobretudo a partir do Segundo Concílio de Leon, na intenção de quem usufruía das coisas mundanas, não tardando até o texto ressaltar o “parentesco argumentativo e lógico entre as regras contratuais [do mundo leigo] e o uso cristão das coisas” (p. 97).

Todeschini, não deixa de explicar como a revolução mendicante e escolástica (p. 369), com a sua racionalidade, constitui a base para a construção coletiva das (re)codificações teológico-económicas do quotidiano cristão. Estas englobavam esferas das relações sociais das mais diversas naturezas. A escola franciscana, por exemplo, foi tão protagonista do correto uso das coisas materiais (p. 99) quanto o foi no processo de legitimação e atribuição funcional do mercador na sociedade da *caritas* cristã (p. 285).

Imitar Cristo, na sua pobreza, conduzia ao conhecimento de Deus e do mundo através da experimentação dos usos, ou seja, das “essências e funções das coisas criadas, de modo a conhecer nelas a complexidade divina, graças ao reflexo enigmático que elas conservam” (p. 108). Como estudo essencialmente textual, das linguagens e as suas codificações, conceitos derivados do direito canónico, como *restitutio* e *invasio* (p. 123); *probus* e *probatas* (p. 136); *usurarii* e *nummularii* (p. 153), são alvo de análises a partir dos sujeitos históricos que trabalharam para a sua devida interpretação e prática.

Tomás de Aquino, Pedro *le Chantre*, Jean Buridan, Graciano, Pierre Jean de Olivi, Pedro Damião, São Jerónimo, Ambrósio de Milão, Tertuliano, São Boaventura, Pedro Lombardo, Pedro o Venerável, são exemplos de autores analisados por Todeschini, que mostra como “o pensamento económico medieval não nasceu como uma técnica de investigação abstrata. Pelo contrário, estava inteiramente enraizado na eclesiologia da qual emergiu” (p. 143). O estudo deixa, portanto, em evidência o importante papel das autoridades eclesiásticas, legitimadas pelo reconhecimento geral de cada indivíduo da cristandade, relativamente à gestão e administração do património económico – que para o período em apreço flutuava entre a esfera social e a privada.

Outra vertente explorada como meio de alcançar as dinâmicas económicas do fim da Idade Média e alvares da modernidade, reside no ato de doar. Desse modo, a estreita relação de dependência entre a existência dos pobres e o ato de caridade de quem tivesse condições para tal, formava “a estrutura de um esquema de economia social a partir das camadas mais desfavorecidas da comunidade” (p. 167). Todavia, os escassos grupos que não faziam parte do circuito económico de consagração social dos cristãos, como os judeus, também são alvo da análise de Todeschini tendo em vista que devido à existência de tais grupos, o mundo eclesiástico teve de, mais uma vez, adaptar, ou melhor, aprimorar as respetivas teorias económicas cristãs (que culminavam, quase sempre, na busca do equilíbrio entre produtividade, lucro, salvação e ética (p. 191)).

Aqui, como noutros pontos da obra, é feita uma crítica à historiografia relativa à inserção dos judeus no supracitado circuito, visto que a partir da leitura caritativa da jurisdição económica, é possível interpretar tal regularização “sem a reduzir à utilização sem escrúpulos do seu contributo ou à ténue imagem de uma feliz «coabitação» quotidiana” (p. 238).

Todeschini explica que quando os tempos medievais findaram e a aurora da modernidade já ia alta na abóbada do tempo, na “leitura dos escritos dos <humanistas> (...) torna-se claro que, apesar de um ponto de contacto, a sua visão de uma economia laica e humana estava em contradição com a visão ascética e disciplinada dos Frades Menores e Canonistas” (p. 254). Estão em apreço, mais uma vez na sua análise, as sucessivas (re)codificações das relações económicas em prol da solidificação de uma economia já com algum carácter laico, ainda que tímido.

Quando ao leitor são apresentadas as problemáticas tipicamente modernas do mundo ocidental, damo-nos conta de uma subtil transição temporal do estudo. Nesta parte final do livro, Todeschini analisa os processos de legitimação do crédito (p. 298); as (re)codificações de João Calvino e os intelectuais protestantes (p. 370); o surgimento da dívida pública (p. 334). É também nas secções finais da obra que o autor justifica a escolha do título – na tradução francesa. O estudo em apreço foi muito além da análise acerca dos mercadores na circunferência sagrada do templo. Não estaremos em falta com a verdade ao dizermos que a obra propõe uma alternativa às vias historiográficas que sustentam a história da evolução económica do mundo ocidental. Contudo, o título da edição italiana faz maior justiça ao cabedal da obra.

Assim sendo, a geografia do mercado entre os tempos medievais e modernos é elevada à categoria de criadora do “vínculo social constitutivo da

economia” (p. 307). Já o comerciante, ou antes, o autêntico comerciante, contribui para o aumento e manutenção da *caritas* por meio do sistema de reconhecimento e legitimação pública da *fides*.

Ambos os fatores são responsáveis pela construção de um “conceito de economia produtiva e útil que inclui ambigualmente tanto noções especificamente económicas (...), bem como noções claramente emprestadas dos vocabulários do direito canónico e da teologia” (p. 308). Tal economia faz parte das raízes históricas do mundo ocidental e a percepção mais completa do fenómeno económico nas diversas unidades epocais da história passa, necessariamente, pela investigação e interpretação que Giacomo Todeschini oferece aos leitores da sua obra. A pesquisa encetada nesta obra buscou, em suma, retirar do ostracismo historiográfico os fatores morais e éticos excluídos da esfera económica moderna, resultando, deste modo, senão numa história dos silêncios, pelo menos numa história dos hiatos estruturais da economia ocidental.

GABRIEL MARTINEZ BONORA

Universidade de Coimbra, CHSC

gabriel.m.bonora@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8751-253X>



